



JOURNAL Moçambique

Director: **JOÃO MANASSES** • Nº 174 • Quarta-Feira, 7 de Dezembro de 2016 • www.portaldogoverno.gov.mz • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



MOÇAMBIQUE REGISTA PROGRESSOS NO COMBATE AO HIV/SIDA

Pág. 4



NOS CONTRATOS DE CONCESSÃO
Governo aprova adendas para
viabilizar projectos de gás natural

Pág. 2



APOIO ÀS VÍTIMAS DA SECA
Camponeses da região sul recebem sementes

Pág. 7



Inhambane quer incrementar produção de
castanha de caju

Pág. 9

Nos contratos de concessão

GOVERNO APROVA ADENDAS PARA VIABILIZAR PROJECTOS DE GÁS NATURAL

O governo moçambicano aprovou alguns decretos que alteram os termos e condições de contratos de concessão de pesquisa e produção de petróleo e gás natural no país, assinados com as concessionárias com vista a permitir a criação de condições para a obtenção de financiamento e sua implementação.

Os projectos de gás natural liquefeito foram concedidos as empresas norte americana Anadarko e a italiana ENI. A aprovação das adendas a estes instrumentos jurídicos aconteceu durante 42ª sessão ordinária do Conselho de Ministros realizada esta terça-feira, em Maputo. Segundo a porta-voz da sessão, Ana Comoana, "a aprovação destes instrumentos visa, essencialmente, contextualizar alguns dos aspectos referidos na lei número 27/2014, de 23 de Setembro, que actualiza o regime específico de tributação das operações petrolíferas e o decreto-lei 2/2014, de 2 de Dezembro, que aprova o regime jurídico contratual especial aplicável ao projecto de gás natural liquefeito (GNL) nas áreas 1 e 4 da bacia do Rovuma".

Especificamente, o Conselho de Ministros apreciou e aprovou, nesta matéria, cinco decretos, onde se destaca o que aprova a opção de o governo não receber, em espécie, a sua quota-parte de GNL, correspondente ao imposto sobre a Produção

do Petróleo, comprometendo-o para a venda conjunta pelo concessionário.

Por outro lado, o Executivo adoptou o decreto que aprova as alterações aos termos e condições do contrato de concessão de pesquisa e produção de petróleo para a área 1 no Bloco do Rovuma.

"Trata-se de um instrumento que visa complementar o contrato de concessão com os aspectos previstos no decreto-lei número 2/2014, de 2 de Dezembro, que aprova o regime jurídico contratual especial aplicável ao projecto de gás natural liquefeito nas áreas 1 e 4 da Bloco do Rovuma, que não estavam previstos no contrato", explicou Comoana.

O governo aprovou ainda o decreto que valida os termos e condições do contrato de comprometimento do gás natural liquefeito entre as concessionárias da área 1, do Bloco do Rovuma, em que as concessionárias comprometem-se a vender conjuntamente o seu gás natural liquefeito "para oferecer maiores volumes e conseguir melhores preços".

"Apesar deste comprometimento, está salvaguardada a obrigação de fornecimento de gás natural no mercado doméstico pela concessionária", garantiu a porta-voz, esclarecendo que foi acordado, para o efeito, um memorando de entendimento relativo a venda de gás natural no mercado nacional.

Foi igualmente aprovado o decreto que aprova os ter-



mos e condições do contrato de gás natural liquefeito do governo para o projecto inicial "Golfinho-Atum", com o objectivo de garantir a viabilidade do projecto, bem como o decreto que aprova as alterações aos termos e condições do contrato de concessão para a pesquisa e produção de petróleo para a área 4 do bloco do Rovuma, que também visa complementar o contrato de concessão com os aspectos do decreto-lei 2/2014, de 2 de Dezembro, que aprova o regime jurídico contratual aplicado ao projecto do gás natural liquefeito nas áreas 1 e 4 da bacia do Rovuma.

"Paralelamente, o governo apreciou as informações

sobre o financiamento para a empresa nacional de hidrocarbonetos para o projecto inicial de gás natural liquefeito e a informação sobre o memorando de entendimento relativo a venda deste recurso para o mercado doméstico", disse.

Na mesma sessão, o governo apreciou e aprovou, ainda, a lei que cria o Sistema nacional de Qualidade, a submeter ao parlamento.

Com esta lei, pretende-se adoptar um instrumento que permita acompanhar e controlar com maior eficácia o quadro estrutural das actividades vinculadas ao desenvolvimento e demonstração da qualidade dos produtos e serviços.



GOVERNO AVALIA POSITIVAMENTE ARRANQUE DA CAMPANHA AGRÁRIA

O governo faz uma avaliação positiva do arranque da campanha agrícola 2016/2017, como resultado do envolvimento de todos os intervenientes da cadeia de produção, não obstante os desafios prevaletentes, sobretudo em relação às zonas afectadas pela seca, onde continua o trabalho de monitoria.

Nesta avaliação, segundo Co-moana, o governo constatou que a primeira fase da lavoura e sementeira decorreu normalmente.

"Foram lavradas 64 por cento da área planificada, de mais de 8,7 milhões de hectares, para a produção de 25 milhões de toneladas de culturas diversas, necessárias para assegurar os alimentos e exportação", revelou a fonte, salientando que está garantida a distribuição da semente e a afectação de mais de 1.300 extensionistas que deverão assistir pouco mais de 700 mil produtores em todo o país.

"Na área de pescas, foram já



produzidos 69 por cento de um volume de 163.105 toneladas e 813 toneladas através da aquacultura, correspondendo a 42 por cento de execução do plano", referiu a porta-voz.

Na mesma sessão, o governo apreciou a informação sobre a emergência relativa ao período que vai de 22 de Novembro

a 5 de Dezembro, tendo constatado que as chuvas fortes, muitas vezes acompanhadas de descargas atmosféricas, afectaram particularmente as províncias do sul e centro do país, afectando 2.049 pessoas, infra-estruturas sociais, com destaque para escolas e unidades sanitárias.

"O governo, através do INGC, teve uma pronta resposta apoiando as pessoas afectadas", afirmou.

Disse ainda que a maioria das bacias hidrográficas regista baixos níveis hidrométricos. (AIM)

Registo de cartões SIM

NOTÍCIA

DOCUMENTOS INVÁLIDOS E ASSINATURAS INCORRECTAS NA ORIGEM DO BLOQUEIO

- Aponta Vodacom

Desde que o Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM) decretou 30 de Novembro findo como último dia para o registo dos subscritores de cartões pré-pago, as operadoras de telefonia móvel não param de receber clientes que pretendem inscrever seus números.

Alguns clientes ficaram com os cartões bloqueados, mesmo depois de os terem registado.

No âmbito do processo de registo de cartões SIM, são exigidos certos documentos e procedimentos, nomeadamente, a cópia do Bilhete de Identidade, preenchimento de um formulário e devida assi-

natura.

Entretanto, para responder sobre o facto de muitos números telefónicos terem sido bloqueados mesmo depois de registados, a operadora de telefonia móvel Vodacom veio a público referir que alguns clientes estão nesta situação por terem apresentado documentos não válidos e assinaturas incorrectas.

O registo de cartões SIM permite ao INCM criar uma base de dados sólida e credível e garantir a protecção dos cidadãos contra actos criminais que podem surgir por via telefónica.

Não só o INCM sai a ganhar com esta campanha, mas também as operadoras de telefonia móvel, na medida em

que terão uma base de dados actualizada e detalhada sobre seus clientes, permitindo, assim, a criação de serviços de promoção para os mesmos.

O responsável do processo de registo de subscritores pré-pago na Vodacom, João Matias, referiu que a empresa tem cerca de 25 por cento dos seus subscritores não registados e, caso a situação continue, pode-se notar uma redução dos clientes.

Cidadãos ouvidos pela nossa reportagem afirmam que não houve um processo de divulgação adequada sobre os requisitos do processo, os meios de comunicação social, as próprias operadoras de telefonia móvel e o INCM não divulgaram devidamente os

processos para o registo dos cartões SIM.

Carlitos Iawe, cidadão que se encontra com o seu número não registado, afirmou que a Vodacom devia validar o registo dos cartões SIM na altura em que está a ser efectuada o processo, porque assim, segundo ele, podiam identificar as falhas e a pessoa corrigia na mesma altura.

Entretanto, a companhia explicou que o ciclo de validação do registo é de 24 horas devido ao fluxo de clientes mas antes o processo era instantâneo.

Assim, os cidadãos que não fizeram o registo dos cartões em tempo útil poderão ter os seus números bloqueados para sempre.

MOÇAMBIQUE REGISTA PROGRESSOS NO COMBATE AO HIV/SIDA

- E Nyusi defende aposta na prevenção, tratamento e mitigação



O Presidente da República, Filipe Nyusi, defende que, para o sucesso das acções de combate ao HIV/Sida, o Governo está a apostar na interligação dos programas de prevenção, tratamento, mitigação, saúde sexual e reprodutiva, planeamento familiar, assistência às vítimas de violência doméstica e do abuso sexual, entre outras iniciativas que poderão permitir o alcance da meta de zero novas infecções até 2030, no país. Nyusi falava há dias, nas cerimónias centrais alusivas ao Dia Mundial de Luta contra o HIV/SIDA, que se assinala a 01 de Dezembro de cada ano, tendo destacado que no

presente ano foram criadas, em Moçambique, condições técnicas para que cerca de 90 por cento das pessoas vivendo com HIV tenham acesso ao tratamento anti-retroviral. Este facto levou a que o país registasse progressos significativos no combate à epidemia. Para melhor ilustrar, o Chefe do Estado referiu que de 2011 a 2013, o país registou uma redução de 25 por cento na transmissão sexual do HIV. Registou-se, igualmente, redução da transmissão do HIV da mãe para o filho em quase metade nos últimos três anos, passando de 11,9 por cento, em 2013, para 6,2 por cento, em 2015. O Presidente da República

disse, ainda, que o objectivo é assegurar que no fim do ano em curso, mais de 922 mil concidadãos infectados com HIV estejam em tratamento anti-retroviral, dos quais, mais de 70 mil crianças, elevando a cobertura para 80 por cento das pessoas elegíveis. "Apesar destes resultados encorajadores, existe, ainda, o desafio de garantir um Moçambique livre da SIDA até 2030" afirmou Nyusi, para quem o envolvimento de todos nesta luta é fulcral, começando pelas lideranças a todos os níveis, até no seio das famílias. "Neste desafio, as lideranças, a todos os níveis, desempenham um papel fundamental, pois constituem um foco

de importância na consolidação das práticas, crenças e convicções da população", explicou, o Chefe do Estado. Defendeu que a abordagem estratégica de prevenção que o país segue deve estar baseada na comunidade, segmentada por grupos etários, com destaque para adolescentes e jovens, particularmente a rapariga dos 15 aos 24 anos de idade e outros grupos de alto risco. "Mas é preciso, também, reflectir sobre como é feito o tratamento e como são transmitidas as mensagens da luta que se trava para a redução de novas infecções". O Chefe do Estado moçambicano destacou a importância do uso de línguas locais na transmissão de mensagens,



Márcia de Castro, do PNUD

frisando que recai sobre a família a responsabilidade de oferecer aos jovens e adolescentes a educação básica. O Plano Estratégico Nacional 2015/2019, adoptado pelo Governo, em 2015, contempla todas as acções a serem implementadas para se alcançar a meta de zero de novas infecções até 2030, o qual já

está a dar resultados satisfatórios. Em nome dos parceiros de cooperação, Márcia de Castro, do PNUD, garantiu, no encontro, a continuidade do apoio às acções governamentais de luta contra esta doença sem cura, destacando que o país possui centros de saúde à altura de pres-

tar os cuidados necessários para o efeito, por isso, está assegurado o apoio logístico, financeiro e em ferramentas. A fonte revelou, entretanto, que apesar de o país estar a cobrir cerca de 90 por cento dos doentes de Sida com tratamento, há ainda desafios, pelo facto de a maior parte das mulheres e jovens continuarem a se infectarem. "A nossa maior preocupação é o facto de as novas infecções acontecerem maioritariamente em jovens com idades entre 15 e 19 anos, mas também em gays e drogados", afirmou a representante do PNUD. Márcia de Castro explicou que desde a descoberta do vírus da SIDA, nos anos 80, como ameaça à saúde pública, 18,2 milhões de pessoas no mundo estão em tratamento anti-retroviral e mais de 70 por cento das mulheres grávidas tem acesso aos medicamentos de prevenção da transmissão vertical. O desafio, a nível global, é

tratar cerca de 30 milhões de pessoas até 2030. Sob o lema "Por amor à vida, eu protejo-me do HIV/SIDA", as cerimónias centrais do Primeiro de Dezembro tiveram lugar na cidade de Maputo e contaram com a participação de membros de organizações da sociedade civil, incluindo médicos tradicionais, que na sua mensagem, reafirmaram o compromisso de se juntarem aos esforços do Governo no combate à doença do século. Aliás, reiteraram que esta doença não tem cura e estão comprometidos em apelar às pessoas a se dirigirem aos pontos (hospital) de tratamento, e a usarem, nas suas actividades, instrumentos esterilizados. Na cerimónia, foi realizada uma feira de saúde, que consistiu na realização de testes de diversas doenças, incluindo HIV/Sida, aconselhamento, distribuição de material de protecção, entre outras actividades.

Na área de comunicação social

MOÇAMBIQUE BENEFICIA DE APOIO CHINÊS

Moçambique poderá beneficiar de apoio multiforme da China no domínio da comunicação social. O interesse foi manifestado, há dias, pelo Embaixador chinês, no país, Su Jian, durante uma visita ao Gabinete de Informação (GABINFO). O Embaixador da China efectuou uma visita de cortesia ao GABINFO com o objectivo de se inteirar do funcionamento e das atribuições desta instituição que, sobre a mesma, afirmou estar a funcionar devidamente e a servir bem o sector da comunicação social nacional.

Falando a jornalistas, momentos após de participar numa sessão do colectivo de direcção do GABINFO, e de visitar alguns sectores, o diplomata explicou que a cooperação entre Moçambique e China cobre todas as áreas mas "é ainda incipiente no sector de comunicação social".

"Trocamos ideias com a directora do GABINFO para vermos a possibilidade de alargar o espaço de intercâmbio e cooperação entre as partes, porque o sector de comunicação social desempenha um papel importante para reforçar as relações de amizade e de cooperação entre a China e Moçambique", frisou o diplomata, vincando que o seu país já apoia alguns órgãos de comunicação com meios e formação técnica e troca de experiências entre profissionais. A China convida, anualmente,



jornalistas e repórteres dos órgãos de comunicação social moçambicanos para cursos de formação profissional neste país asiático.

"Nós distribuimos material com tecnologia chinesa para equipar alguns órgãos de comunicação social de Moçambique, como a Televisão de Moçambique (TVM), Rádio Nacional, Jornal Notícias e alguns órgãos privados", disse o Embaixador.

Falando do papel da comunicação social moçambicana, Su Jian afirmou que a sociedade civil foi sempre informada sobre o andamento da cooperação Moçambique-China através dos média.

"A comunicação social em Moçambique é dinâmica e

interventiva, permitindo que acompanhem todas as situações que o país vive, bem como as potencialidades existentes", apontou o diplomata, salientando que "temos recebido, através dos média, informação suficiente e objectiva sobre o país".

A Directora do GABINFO, Emília Moiane, referiu que a visita do diplomata chinês foi uma oportunidade para a busca de colaboração entre as partes no sentido de a China continuar a apoiar a comunicação social no seu todo e melhorar o seu funcionamento.

"A partir desta visita, daremos passos largos naquilo que é o apoio da República Popular da China a Moçambique. Este apoio tem sido de diversas

formas e queremos que a comunicação social tenha também oportunidades", frisou a Directora, explicando que tal (apoio) deve ter em conta os domínios de assessoria do governo e apoio aos órgãos de comunicação social no seu todo.

O GABINFO cresceu em termos de responsabilidades e, por isso, tem muitos desafios neste momento, como é o caso da viabilização do jornal que produz informação ligada às actividades do governo, a revista que faz a avaliação semanal da actuação do Governo na comunicação social e outros, bem como a modernizando das suas infra-estruturas.



**PROPRIEDADE DE:
GABINETE DE INFORMAÇÃO**

Maputo, Av. Francisco Orlando Magumbwe,
Nº 780, 1º andar
email: jornalmocambique@gmail.com

FICHA TÉCNICA:

Registo Nº 1/GABINFO - DEC/2013

Periodicidade: Semanal

Director: João Manasses

Coordenador Editorial: Mendes José +258 84 34 54 000

Redacção: Brígida Herinques, Mavildo Pedro, Leonildo Balango

Revisão: Marcelino Mahanjane

Maquetização: Januário Magaia



Apoio às vítimas da seca

CAMPONESES DA REGIÃO SUL RECEBEM SEMENTES

- E CHINA DOA 10 MIL TONELADAS DE ARROZ

Mais de 11 mil produtores dos distritos das províncias de Maputo, Gaza e Inhambane afectados pela seca que abala o país desde meados do ano passado vão beneficiar de semente melhorada de diversas culturas, no âmbito dos apoios que tem sido prestados pelo Governo e por diversas organizações.

Trata-se de cerca de 24 mil toneladas de sementes de feijão nhemba, repolho, couve e milho, que vão abranger os camponeses dos distritos da Moamba e Magude, em Maputo, Guijá, Chigubo e Chókwè, em Gaza, e Funhalouro, Mabote e Govuro, em Inhambane. O apoio é disponibilizado pelas empresas que operam no sector do gás e criaram um movimento de ajuda às vítimas da seca, denominado ROMPCO (Republic of Mozambique Pipeline Investment Company), em 2002, sob liderança da Companhia Moçambicana do Gasoduto (CMG) e as sul-africanas iGas e a SASOL. O acto simbólico de entrega das sementes teve lugar no sábado findo, no distrito da Moamba, com a disponibilização de cerca de quatro toneladas de sementes aos produtores, um dos distritos considerados os mais afectados na província de Maputo.



Falando na cerimónia, o representante da ROMPCO, Benjamim Chilenge, explicou que a iniciativa enquadra-se nas acções de responsabilidade social da empresa e visa contribuir para o alívio do sofrimento das famílias atingidas pela seca que afecta mais de 1.5 milhão de pessoas em todo o país, com incidência para as regiões centro e sul. A directora de Mitigação, no Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC), Ana Cristina Manuel, explicou que a seca criou uma situação complicada para o país e, na província de Maputo,

em particular, mais de 120 mil pessoas em insegurança alimentar devido à perda total dos produtos agrícolas nos campos, escassez de água para o consumo e morte de animais por falta de pasto.

"Estas iniciativas devem ser aproveitadas para recuperar o que foi perdido na época chuvosa passada", disse a fonte, salientando que o Governo, a todos os níveis, está empenhado em acções de mitigação deste fenómeno, tendo eleito o aumento da produção e da produtividade para ultrapassar a situação.

CHINA DOA 10 MIL TONELADAS DE ARROZ

Otro apoio que chegou às vítimas da seca no país é da China, que doou mais de dez mil toneladas de arroz para cerca de 700 mil pessoas no centro e no sul do país.

Na cerimónia de entrega, foi assinado um memorando pelo Embaixador da China, em Moçambique, Su Jian, e pela Ministra da Administração Estatal e Função Pública, Carmelita Namashulua.

O director-geral do INGC, João Machatine, enalteceu o contributo do governo chinês nos esforços para mitigar os efeitos da seca e da estiagem, o que irá aumentar a resiliência das comunidades nas zonas críticas.

"O gesto junta-se aos esforços do governo que, até ao momento, já disponibilizou cerca de 1.2 mil milhão de meticais para assistência às vítimas da seca", disse Machatine, destacando que a zona sul do país foi uma das mais devastadas pelos efeitos do fenómeno "El Niño", caracterizado pela escassez de chuva.

O Embaixador da China, Su Jian, destacou que o seu governo tem acompanhado a evolução da seca e das cheias em Moçambique, e que a contribuição prestada ajudará a ultrapassar as dificuldades que o país atravessa.

SIMANGO CONSTATA BAIXA COLECTA DE RECEITAS EM KATEMBE



O Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo, David Simango, manifestou, há dias, preocupação com o baixo nível de colecta de receitas a nível da Administração Municipal de KaTembe, situada, de Janeiro a Novembro findos, muito abaixo de 50 por cento da meta prevista para este ano.

O dirigente efectuou uma visita de trabalho a este ponto meridional da cidade de Maputo, onde não gostou dos números apresentados num informe que, segundo ele, não são satisfatórios, "visto que, de certa forma, evidenciam um lento processo de crescimento e desenvolvimento deste distrito municipal, pois o mesmo valor serviria para o melhoramento das infra-estruturas sociais". De acordo com o informe rela-

tivo às actividades do Distrito Municipal KaTembe deste ano, o reembolso do Fundo de Desenvolvimento Distrital, vulgoso Sete Milhões, foi de cerca de 1 milhão de meticaís, o que corresponde a 34.41 por cento do previsto.

Outra informação que preocupou o edil de Maputo é a lentidão no processo de atribuição de Títulos de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT), por razões ligadas a interesses ocultos dos moradores e não moradores, mas também das estruturas administrativas.

"É um desafio que se tem tornado numa dor de cabeça, mesmo após o acto de parcelamento", desabafou o dirigente.

Outra área que mereceu destaque do informe e aos olhos do Presidente pela positiva, é a área da educação, em que a qualidade e a cobertura, formação e treinamento profis-

sional têm desenvolvido gradualmente.

Só este ano, foram matriculados 9.016 alunos, contra 8.584, do ano transacto, representando um crescimento na ordem de 5 por cento, e tiveram um aproveitamento escolar de 86.4 por cento só no primeiro semestre do corrente ano.

De uma forma geral, o edil de Maputo faz um balanço positivo das actividades levadas à cabo neste distrito municipal, embora exista um e outro indicador que precisa de atenção, para fazer face aos diversos problemas que afectam os residentes ou que poderão existir neste distrito.

Abrir KaTembe aos investidores como forma de criar mais postos de trabalho para a população rumo ao desenvolvimento sustentável do país é o paradigma que Simango defende, por isso, pede ao celerer processo de atribuição de

Títulos de Uso e Aproveitamento de Terra, mas também o aumento da produção e da produtividade.

"Se nós não acelerarmos o processo da atribuição de DUAT, vamos atrasar o investimento e iremos defraudar a expectativa dos jovens residentes em KaTembe em relação às oportunidades que vão surgindo dia-após-dia, e para ultrapassar as barreiras que levam ao fraco desenvolvimento. Por isso, dissemos que é necessário que haja um trabalho conjunto entre a administração e a comunidade", explicou Simango.

A visita do edil de Maputo ao Distrito Municipal KaTembe enquadra-se no programa de actividades do ano, para o acompanhamento do Plano Económico e Social, constituindo, assim, o sexto distrito a ser visitado, num total de sete.



INHAMBANE QUER INCREMENTAR PRODUÇÃO DE CASTANHA DE CAJU



O governador de Inhambane, Daniel Chapo, insta a população do distrito de Mabote a se empenhar na produção de castanha de caju, por ser uma cultura de rendimento e tolerante à seca.

O dirigente falava, esta terça-feira, durante uma visita que efectuou a um produtor de Mabote, que trabalha uma área de 10 hectares que, na campanha passada, produziu pouco mais de 5 mil quilogramas de castanha de caju.

Daniel Chapo afirmou que o caju é uma cultura que, além de ser tolerante à seca, é fonte de rendimento para quem a cultiva, uma vez que tem mercado permanente.

"Todos os que produzem castanha de caju não ficam um ano sem vender este produto, porque é muito concorrido, daí que nós, em Inhambane, elegemos esta cultura para exportar", disse Chapo.

O governante apontou que aquele que produzir caju e



vender a castanha vai ter dinheiro para comprar comida, mandar as crianças para a escola, comprar carro, construir casa porque ela tem muita saída.

Num encontro com os pro-

dutores e extensionistas de Mabote, Daniel Chapo apelou aos técnicos do sector agrícola a envidarem esforços para direccionar os produtores a apostarem em culturas tolerantes à seca porque, segundo

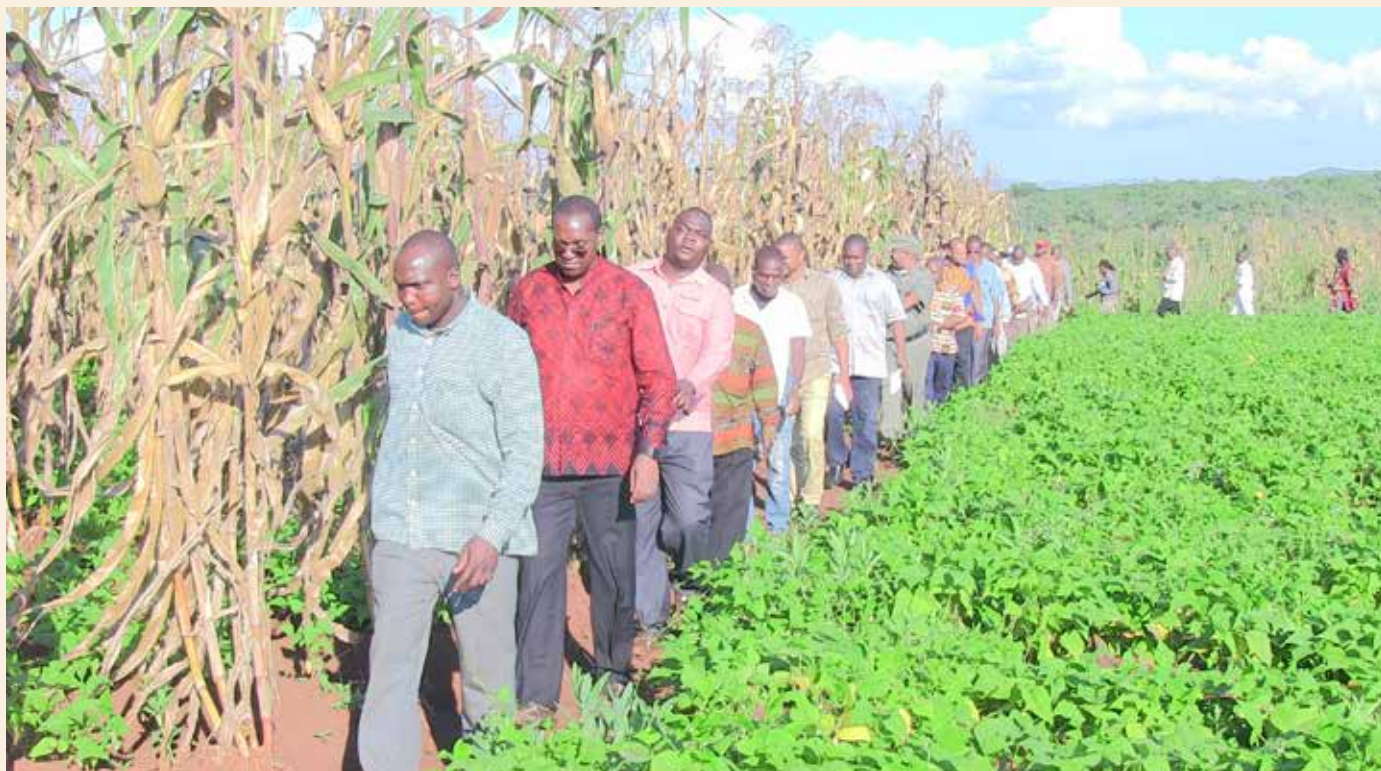
o governante, não se justifica que o distrito de Mabote aposte na produção de arroz enquanto sabe-se que não tem condição para essa cultura.

O governador de Inhambane apontou, no entanto, a produção de alimentos e a criação de animais de pequena espécie como sendo fundamental para a diversificação da dieta e redução da falta de alimentos no seio da população.

O administrador de Mabote, José Folige, revelou que o distrito produziu, na campanha agrícola passada, pouco mais de 9 mil toneladas de produtos diversos, tendo apontado a falta de chuva como causa da fraca produção de alimentos na região.

Segundo o administrador, as acções de mitigação da seca em curso no distrito permitirão apoiar alimentar a 6.503 famílias, 150 produtores foram capacitados em matéria de suplementos de animais e agro-processamento, assim como foram realizadas 18 feiras comerciais.

PROJECTO DE INTENSIFICAÇÃO AGRÁRIA ARRANCA NA REGIÃO DE ENTRE-LAGOS



O Governo Provincial do Niassa, em parceria com o Corredor de Desenvolvimento do Norte (CDN) e outros parceiros, lançaram, há dias, na sede da localidade de Entre-lagos, distrito de Mecanhelas, um projecto de intensificação agrária, que visa tirar a região, que integra o Corredor de Nacala, da insegurança alimentar.

Para a materialização do projecto, o grupo disponibilizou um fundo estimado em pouco mais de 30 mil dólares, que vai permitir o financiamento, em forma de crédito, aos produtores desta parcela da província. Segundo o representante da CDN, Tomas Macovele, o projecto está circunscrito à localidade de Entre-Lagos, sobretudo à população dos povoados de Tobué, Muchiri e Entre-Lagos, que são abrangidos pelos projectos desta companhia.

Ainda de acordo com a fonte, o projecto de intensificação agrária irá abranger vários produtores, através de apoio

diverso na área de produção agrária, em cumprimento da responsabilidade social da companhia, e serão envolvidos técnicos dos sectores público e privado, a quem caberá monitorar a produção, de modo a atingir níveis elevados.

A iniciativa deverá entrar em vigor na primeira quinzena de Dezembro corrente, e visa permitir que a população que vive nas regiões onde passa a linha-férrea que liga Cuamba e Lichinga se ocupe com actividades agrícolas e, assim, evitar comportamentos inapropriados, como é o caso de assaltos a comboios de mercadoria, que muitas vezes resultam em mortes.

O governador do Niassa, Arlindo Chilundo, que presidiu a cerimónia de lançamento do projecto de intensificação agrária, disse que o valor concedido para a lavoura ou gradagem e sementeira da área será reembolsado posteriormente, de forma gradual, através de fundos resultantes da comercialização de parte dos produtos a

serem produzidos.

Chilundo salientou que o projecto enquadra-se no Programa Quinquenal do Governo, que consiste em aumentar a produção e a produtividade, neste caso específico "concentrar a nossa atenção e esforços num segmento da população que se debate com a insuficiência alimentar, sobretudo em Tobué, Entre-lagos, onde existem famílias em situação de insegurança alimentar".

O governante frisou que, "além da disponibilização de fundos, pretende-se, ainda, com a intensificação da produção, disponibilizar um número considerável de produtores para a lavoura, em forma de crédito, tudo para garantir que a população não esteja em situação de insegurança alimentar".

O distrito de Mecanhelas é potencial produtor de arroz, razão pela qual, ao saudar a população do povoado de Caronga, Chilundo encorajou-a a multiplicar esforços na produção desta cultura, justificando que este ponto do Niassa dispõe de

um clima e localização favoráveis à actividade.

"Vamo-nos organizar para o tempo que se avizinha, em que, além de produzir, vamos criar pequenas represas que possam sustentar outras culturas, como as leguminosas, no período seco, de modo a controlarmos a dieta alimentar", destacou.

O chefe do executivo do Niassa chamou a atenção para a necessidade de todos se envolverem da melhor maneira na iniciativa para o seu sucesso, pois "poderá constituir uma garantia para o auto-sustento das famílias e conseqüente promoção do desenvolvimento do país".

Num outro desenvolvimento, o governante falou da existência de casos de mendicidade em algumas regiões da província que dirige, envolvendo, muitas vezes, pessoas, com força para o trabalho, tendo instado os praticantes a abandonarem este hábito, "porque está na hora de trabalhar".



FALTA DE CHUVA E VENDA DE TERRA CONDICIONAM PRODUÇÃO AGRÍCOLA



Director dos Serviços Económicos, Ralf Buanar

Os camponeses do distrito de Palma, a norte de Cabo Delgado, tendem a vender as suas machambas devido a expectativas de inclusão em projectos de gás natural em curso neste ponto do país. Embora a cada dia reduzam os espaços de cultivo, em Setembro último, o sector da agricultura, em Palma, mobilizou os camponeses a lavrarem e a semearem culturas diversas em 51.155 hectares. E, para a presente campanha, a meta é atingir uma produção de 232.213 toneladas de culturas diversas, contra 248 mil planificadas na

cifra anterior. Para descrever a quantas anda a produção agrícola neste distrito, o director dos Serviços Económicos, Ralf Buanar, explicou que tal como noutras regiões do país, a baixa produtividade na campanha 2015/2016 foi marcada, inicialmente, pela falta de chuva e, mais tarde, a mesma caiu acima do normal, destruindo, desta feita, acima de 680 hectares com culturas diversas, o que deixou 1.440 famílias dos povoados de Pundanh, Quinga, Olumb e Palma-sede a braços com a fome. Para contornar a situação, os serviços

distritais de Agricultura e Segurança Alimentar distribuíram insumos agrícolas, adubo, variedades de sementes de hortícolas, 1,5 tonelada de rama de batata-doce de polpa alaranjada para os afectados e não só e, todos os produtores foram sensibilizados a produzirem hortícolas no contexto das boas práticas e assistência exclusiva.

O resultado foi que, até Setembro último, todo o distrito estava "inundado" de hortícolas, todos consumindo e procurando mercado para a venda, facto que concorreu para a redução dos níveis de desnutrição crónica que, na região, rondam os 50 e 52 por cento devido aos hábitos alimentares.

Por isso, uma equipa multisectorial circula permanentemente pelas comunidades promovendo palestras de educação nutricional, transmitindo experiências sobre bons hábitos alimentares com recurso à combinação de produtos agrícolas, papas enriquecidas, ao mesmo tempo que se incentiva a mini-produção em horta caseira, de onde se pode tirar um pouco de tudo para preparação de refeições ricas em proteínas e vitaminas.

A mesma experiência é partilhada nas tradicionais feiras agrícolas, em que há troca de produtos diversos e as equipas multisectoriais se fazem presentes para orientar a população.

Em relação à rama de batata-doce, a mesma está a ser multiplicada numa área de dois hectares e meio para distribuição gratuita aos camponeses.

"Mas a ideia é que todos os camponeses produzam batata-doce de polpa alaranjada, dadas as suas qualidades nutritivas", disse Ralf Buanar.

PRODUZIR MUITO PARA REDUZIR EFEITOS DA CRISE

Nos esforços de sensibilizar a população para produzir mais, como forma de reduzir a crise que afecta o país e, trabalhando com 12 extensionistas, as autoridades da Agricultura e Segurança Alimentar, em Palma, assistiram 1.225 produtores, dos 1.920

planificados, um decréscimo de 16 por cento, em relação à safra passada em que foram assistidos 1.690 produtores. Para dinamizar a produção agrícola, Palma conta com três tractores, importantes no processo de lavoura. "Na segunda época conseguiu-se lavar 214 hectares,

dos 934 hectares, observando-se, assim, um prejuízo de 38 por cento em relação a 2015 em lavrou-se 1.048 hectares.

O Programa Integrado de Transferência de Tecnologias Agrárias, embora também tenha registado baixas, causadas pelas calamidades

naturais, tem sensibilizado as comunidades a aderirem à sementeira em linha, usando compassos adequados, consociação das culturas e agricultura de conservação, como forma de obter resultados satisfatórios.

FALTA DE RAÇÃO COMPROMETE PRODUÇÃO AVÍCOLA

O distrito de Palma possui cerca de 125.632 aves, das 272.825 da meta anual planificada. A falta de ração justifica o decréscimo na ordem de 46 por cento. Deste número, 26.750 aves foram vacinadas contra a doença de Newcastle, das 45 mil planificadas, o que representa 59 por cento de execução e um crescimento de quatro por cento em relação às 25.650 aves vacinadas em 2015.



TANZANIANOS INVIABILIZAM PRODUÇÃO DE PESCADO



Na área das pescas, Palma capturou 626 toneladas de pescado diverso, das quatro mil toneladas planificadas. Em 2015, foram capturadas 706.4 toneladas de pescado, o que representa um decréscimo na ordem de 11 por cento, devido ao

mau tempo nos primeiros três meses do ano, que condicionaram a actividade. Um dos desafios na área das pescas é combater a pesca ilegal, fomentada por tanzanianos, que usam meios inapropriados para a captura de peixe. Segundo Ralf Buanar,

os tanzanianos usam explosivos para matar o peixe, destruindo, assim, o ecossistema. "É uma prática antiga na Tanzânia, por isso neste país escasseia peixe", observou Ralf Buanar, alertando, também, para a ocorrência da caça ilegal

na zona de Conservação de Namoto, próximo do rio Rovuma, que limita os dois países.

Segundo a fonte, as comunidades circunvizinhas à reserva reportam a presença de caçadores furtivos idos da Tanzânia, todavia, o sector da fauna bravia não reúne condições materiais e humanas para tornar a fiscalização activa e completa, sendo, por isso, "é normal" o abate indiscriminado de animais de grande porte, como é o caso do elefante.

"Os tanzanianos, munidos de armas de fogo abatem indiscriminadamente os animais da reserva, porque a capacidade de resposta nacional é fraca", lamentou Ralf Buanar

Ainda assim, os serviços de Fauna Bravia têm vindo a assegurar a fiscalização das zonas de conservação de Namoto duas vezes por mês, o que é insignificante. "Até Setembro, realizamos três fiscalizações", referiu Buanar.